

MP apreende R\$ 2,4 milhões em nova fase da Operação Ícaro em SP

Crimes investigados envolvem auditores fiscais e empresas, com bloqueio de dinheiro

O Ministério Público de São Paulo apreendeu, na terça-feira (10), cerca de US\$ 68 mil, equivalentes a aproximadamente R\$ 354 mil, e R\$ 288 mil em espécie na Delegacia Regional Tributária do Butantã, na zona oeste da capital. A unidade é vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, responsável por fiscalizar, arrecadar e gerir tributos estaduais, como ICMS, IPVA e ITCMD, e funciona como braço operacional da fiscalização tributária na região.

A ação integra uma nova fase da Operação Ícaro, conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Delitos Econômicos, que investiga um suposto esquema de corrupção envolvendo a liberação e o inflacionamento de créditos tributários de ICMS na Sefaz-SP. Além do dinheiro em espécie, foram bloqueados criptoativos avaliados em cerca de R\$ 1,8 milhão, mantidos em bitcoins. O total de bens apreendidos soma R\$ 2,4 milhões, que serão submetidos a perícia e análise financeira para identificar a origem dos recursos e eventual relação com o esquema, que tramita sob sigilo.

O caso é desdobramento da Operação Ícaro iniciada em agosto de 2025, que resultou na prisão de auditores fiscais estaduais, entre eles Artur Gomes da Silva Neto e Alberto Toshio Murakami. Gomes Neto permanece de-



Divulgação/ALESP

Agentes realizaram apreensão de valores em espécie e criptoativos na Delegacia do Butantã

tido em Potim (SP) e é apontado pelo MP como operador central do esquema, suspeito de ter recebido mais de R\$ 1 bilhão em propinas. Murakami segue foragido, com o nome incluído na Rede de Difusão Vermelha da Interpol.

Promotores identificaram indícios de que milhões de reais em criptomoedas estão associados aos dois auditores. A suspeita é que os ativos digitais tenham sido utilizados para ocultar valores provenientes de propina, dificultando a rastreabilidade dos recursos.

Também foram presos em agosto, e posteriormente liberados, o empresário Sidney Oliveira, dono da Ultrafarma, e Mário Otávio Gomes, executivo da Fast Shop. No início deste mês, Sidney foi denunciado pelo MP-SP sob acusação de corrupção; a defesa do empresário não se manifestou.

Os sócios-proprietários da Fast Shop, Milton Kazuyuki Kakumoto e Júlio Atsushi Kakumoto, e o diretor da rede, Mário Otávio Gomes, firmaram acordos de não persecução penal com

a promotoria, reconhecendo participação no esquema. Juntos, eles devem restituir R\$ 100 milhões aos cofres públicos, segundo a promotoria.

Segundo os investigadores, os pedidos de ressarcimento de créditos fiscais seguiam a portaria CAT 42/2018, que estabelece um rito técnico e demorado para devolução de créditos tributários. Esse procedimento, que normalmente funciona como um mecanismo de controle, teria sido explorado pelos auditores para conceder vantagens indevidas à

Ultrafarma, permitindo acelerar a liberação de valores e ampliar artificialmente os créditos.

A substituição tributária, mecanismo que permite o recolhimento antecipado de tributos pela indústria ou importador, abre espaço para ressarcimento quando o valor pago supera o efetivamente devido. De acordo com a promotoria, empresas e escritórios de consultoria tributária estruturaram esquemas fraudulentos para inflar créditos e reduzir tributos de forma artificial.

Gomes Neto, que ocupava cargo estratégico na Diretoria de Fiscalização (Difis), autorizava a cessão de créditos a terceiros, possibilitando à Ultrafarma transformar o ressarcimento em liquidez imediata. Murakami, lotado na unidade fiscal onde os pedidos eram protocolados, emitia pareceres técnicos favoráveis, viabilizando a liberação dos valores.

Para o MP-SP, os créditos obtidos ilegalmente funcionavam como ativos financeiros, ampliados artificialmente e comercializados após deferimento administrativo.

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) mantém sigilo sobre detalhes da investigação, mas afirma que novas fases da operação podem ocorrer nos próximos meses.

***Com informações da FolhaPress**

DER-SP espera 4 milhões de veículos nas rodovias

O Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo está realizando a Operação Carnaval 2026 entre até a Quarta-feira de Cinzas para garantir segurança e fluidez nas rodovias estaduais não concedidas. A expectativa é de cerca de 4,1 milhões de usuários, número 5% maior que no ano passado.

Estão mobilizados aproximadamente 1.260 colaboradores em mais de 12 mil km de estradas, com 335 veículos de apoio, incluindo guinchos leves e pesados, motocicletas de inspeção e vans de atendimento. Nas regiões serranas e do litoral haverá reforço específico de equipes e viaturas em vias de grande movimento, como a Rio-Santos (SP-055), Oswaldo Cruz (SP-125) e Flórida no Rodrigues Pinheiro (SP-123).

Entre as medidas previstas estão monitoramento de tráfego,



Divulgação/DER-SP

Na sexta-feira (13) deve concentrar mais de 664 mil veículos

uso de acostamento em trechos críticos, implantação de faixa reversível e desvios operacionais para melhorar o fluxo e reduzir congestionamentos. O objetivo é manter condições de circulação semelhantes às de dias normais e garantir resposta rápida a ocorrências.

O maior fluxo deve ocorrer rumo ao litoral e ao Vale do Paraíba, principalmente pela Rio-Santos. Apenas nesse trecho são esperados cerca de 181 mil veículos em Caraguatatuba e 165 mil em Bertioga.

Tarcísio adia encontro com Flávio Bolsonaro

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), informou que a reunião com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), prevista para esta quinta-feira (12), foi adiada para depois do Carnaval. Segundo Tarcísio, o encontro tem o objetivo de discutir estratégia política, apoios e os próximos passos para as eleições de 2026. Este será o primeiro encontro entre os dois desde a crise envolvendo o governador e o clã Bolsonaro, ocorrida há cerca de um mês. A declaração foi feita durante evento em Guarulhos (Grande SP), para o anúncio de R\$ 80 milhões em obras de infraestrutura no município. O governador destacou o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à sua trajetória política.

Tarcísio também comentou sobre a corrida eleitoral para o Senado por São Paulo, afirmando que pretende eleger dois represen-

tantes. Uma das candidaturas já está definida: Guilherme Derite (PP), ex-secretário do governador, considerado "bem posicionado e consolidado". A segunda vaga será escolhida com base em pesquisas, sem favoritismo definido, e em diálogo com partidos aliados.

Sobre o Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), Tarcísio afirmou que São Paulo ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) após aderir ao novo regime e ser cobrado por regras anteriores. O governador também comentou a situação de Bolsonaro, preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do DF. Segundo Tarcísio, "o presidente não tem saúde para estar no regime fechado, ele precisa estar com a família para ter a melhor assistência possível".

***Com informações da FolhaPress**